

:: Cadernos Especiais

Estes Cadernos propõem-se a ser um espaço de debate sobre questões relativas à profissão e também aquelas afetas à sociedade brasileira, além de questões no plano internacional. Portanto, teremos entrevistas, textos/columnistas, análises de conjuntura, críticas de filmes, livros e informes sobre eventos e seminários locais e regionais. Você pode participar produzindo material de qualidade, que traga questões relevantes para o debate sobre a profissão e relativas ao Brasil e ao mundo, além de enviar informes sobre eventos. Produza: entrevistas, textos, resenhas e críticas de filmes/livros e envie para nós!

:: Caderno Especial nº5

:: Edição: 24 de dezembro de 2004 a 07 de Janeiro de 2005

:: Entrevista - Com a professora Maria Carmelita Yasbek (PUC/SP) sobre o Sistema Único de Assistência Social e a Política de Assistência Social no governo Lula.

Leia, ainda, os Informes da Semana nº 9 (24 a 31 de dezembro) e

Informes da Semana nº 10 (31 de dezembro de 2004 a 07 de janeiro de 2005)!

:: Entrevista

Assistentesocial.com.br – *Qual o significado da nova Política Nacional de Assistência Social lançada no último mês de setembro pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome?*

Maria Carmelita - Sem dúvida a Política Nacional de Assistência Social lançada em setembro último revela a maturidade e o acúmulo do debate acerca da Assistência Social brasileira atual e resulta de uma construção coletiva na perspectiva de dar concretude à LOAS. Nesse sentido, sua importância é histórica, pois pela primeira vez temos uma efetiva política de Assistência Social construída com tal participação.

Seus aspectos positivos referem-se à incorporação das demandas da sociedade na área da assistência social, à inovação em trabalhar com a noção de território, à centralidade da família e de sua proteção e sobretudo pela perspectiva de constituição do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Seus aspectos negativos estão contidos na visão de que a família pobre precisa ser reestruturada do ponto de vista moral e afetivo (visão de que a família pobre tem “algo” errado,

quando precisa ser apoiada). A eliminação do “economicismo” na determinação das condições de vida da população usuária da assistência social levou a uma desconsideração do peso das condições econômicas na vida dessa população.

Outro ponto negativo é a desconsideração de que essa população pertence a uma classe social e de que a questão social é sobretudo uma questão política (não está clara a direção política da Política de Assistência Social).

Assistentesocial.com.br - *Uma das principais deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003, foi a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Qual a sua avaliação sobre o SUAS?*

Maria Carmelita - Inegavelmente, a deliberação da IV Conferência sobre a necessária construção e implantação do SUAS significou um grande passo para a construção do Sistema Descentralizado e Participativo da Política de Assistência Social no país.

Entendo que a proposta do SUAS expressa uma construção coletiva, caracterizada por um amplo processo de debates e participação de inúmeros sujeitos políticos, que desde a promulgação da Constituição de 1988 e da LOAS em 1993 vem se empenhando na tarefa de colocar a Assistência Social brasileira no campo da garantia dos direitos sociais.

O SUAS expressa a regulação, em todo o território nacional, “da hierarquia, dos vínculos e das responsabilidades do sistema cidadão de serviços, benefícios e ações de assistência social de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério universal e lógica de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil”. Sua implantação objetiva o rompimento com a fragmentação programática entre as esferas governamentais e a articulação e provisão de proteção social básica e especial para os segmentos populacionais usuários da política de Assistência Social no país.

Seus princípios e diretrizes apontam para a universalização do sistema; a territorialização da rede; a descentralização político-administrativa; a padronização dos serviços de assistência social; a integração de objetivos, ações, serviços, benefícios, programas e projetos; a garantia da proteção social; a substituição do paradigma assistencialista; a articulação de ações e competências com os demais sistemas de defesa de direitos humanos, políticas sociais e esferas governamentais entre outros.

Assistentesocial.com.br – *De uma forma geral, como você avalia a política de Assistência Social do governo Lula em relação a dos governos Fernando Henrique Cardoso?*

Maria Carmelita - Apesar de muito mais avançada do ponto de vista do cumprimento da LOAS e das propostas do governo de FHC, a política de Assistência Social (assim como o Programa Fome Zero) não politiza a questão das brutais desigualdades de classe da sociedade brasileira e tem uma visão preconceituosa da família pobre.

Assistentesocial.com.br - *Quais as possibilidades de avanço da Política de Assistência Social no governo Lula?*

Maria Carmelita - Entendo que a disputa pela direção das ações do governo Lula (pelo menos em algumas áreas) ainda está em questão. Cabe aos assistentes sociais, apoiados em seu projeto ético-político, colaborar para a construção de uma hegemonia dos interesses das classes subalternizadas em nossa sociedade, lutar pela construção e realização de seus direitos, lutar contra o desmanche desses direitos e pela politização e publicização das políticas sociais. Isso porque entendo que a única medida da Política Social é o direito e seu parâmetro é o da justiça social.